



DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Maria Regina Fernandes de
Lima Cavalcanti

No Brasil de hoje, fala-se muito em direitos humanos; tornou-se politicamente correto mencioná-los. No entanto, há pouco mais de 15 anos, abordar os direitos humanos em nosso país era considerado subversão. Os seus divulgadores eram malvistas e até execrados como "defensores de bandidos".

Mesmo depois do fim da ditadura militar e do restabelecimento da democracia, certos setores da sociedade ainda encaram com desconfiança aqueles que defendem os direitos humanos. Alguns policiais ainda afirmam: "Fazemos um esforço enorme para prender um criminoso e, quando o prendemos, os 'direitos humanos' atrapalham tudo, pois não permitem

torturar e bater".

A deturpação do significado dos direitos humanos era proposital por parte de grupos de extrema-direita, aos quais interessava a consolidação do status quo e do autoritarismo. Essas facções exploravam o medo da violência crescente e sobretudo a tomada de consciência das classes populares esmagadas ao longo de 21 anos de ditadura.

*Direito, no Brasil, sempre
foi um conceito vago, que
significou privilégios para
alguns*

A acirrada incompreensão e a campanha contra os direitos humanos provêm do desconhecimento daqui-

lo que eles representam ou até mesmo de posições egoístas dos interessados em manter situações de privilégios. No entanto, eles interessam a todos e a cada um em particular. Sem respeito aos direitos humanos, não pode haver sociedade justa, tampouco democracia sólida.

Direito, no Brasil, sempre foi um conceito vago, que significou privilégios para alguns. Em seus 500 anos de história, foi o autoritarismo e não o Direito que permeou as relações na sociedade e entre ela e o Estado.

A finalidade da colonização foi o enriquecimento europeu, com a exploração predatória de recursos naturais, como o pau-brasil e o ouro - e de seus recursos humanos - a mão-de-obra indígena e a negra. A escravidão, durante três séculos, forneceu mão-de-obra barata e fortaleceu o autoritarismo. Para a maioria da classe dominante, o escravo era um objeto sem necessidades nem quaisquer direitos.

A elite, única considerada capaz de dirigir a nação e de estabelecer a ordem, forjava leis que defendiam, antes de mais nada, os seus próprios interesses.

O dono do escravo podia conceder-lhe regalias por mera generosidade,

e não como direito ou respeito à dignidade de sua pessoa. O escravo não era nem cidadão de segunda classe, como eram consideradas as mulheres, por exemplo, mas meros instrumentos, cujo destino era o trabalho a serviço dos mais poderosos. As populações do campo, isoladas em imensas extensões de terra e que também dependiam diretamente dos donos do poder, não cogitavam em exigir direitos, mas ansiavam por dádivas e favores. A elite, única considerada capaz de dirigir a nação e de estabelecer a ordem, forjava leis que defendiam, antes de mais nada, os seus próprios interesses.

O trabalho, sutilmente, era considerado desprezível, sobretudo o trabalho manual. O preconceito vinha disfarçado e diluído em sentimentos de generosidade, calcados numa idéia de superioridade. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão; e ela deixou marcas profundas na cultura do país. Nesta sociedade hierarquizada, dissimulada por uma ideologia de conciliação, "Direito" era sinônimo de privilégios que não alcançavam a maioria.

Com a República, a situação mudou apenas na teoria. No início do século, as greves eram tidas como "um acinte" e as questões sociais como um "problema de polícia". Ocorreram progressos, mas ainda

perdura, entre o povo, a idéia de que tudo se deve esperar do governo, particularmente favores. Na relação Estado/sociedade, ainda permeiam os critérios do paternalismo e do clientelismo.

Quando, no Brasil dos anos 60, a população começou a exigir direitos, os militares impuseram "ordem" e, inspirados na Doutrina da Segurança Nacional, instalaram uma ditadura que durou 22 anos. Com lutas, sacrifício e dor, a sociedade conquistou as eleições diretas e o sufrágio universal. Mas os direitos sociais ainda não estão em vigor.

A história vivida pelo povo brasileiro é basicamente a mesma de todos os povos da América Latina. Alguns países, mais do que o Brasil, foram submetidos a episódios ainda mais graves: genocídio de índios, revoluções sangrentas e ditaduras cruéis (100 mil mortos e desaparecidos na Guatemala e América Central, nos últimos 15 anos; 30 mil no Chile, Argentina e Uruguai, durante as suas ditaduras militares), como atestam os relatórios da instituição American Watch.

Paralelamente, cresce a pobreza no continente americano. Ela atinge, hoje, quase a metade da população latina, o que representa cerca de

460 milhões de pessoas. Desde as reformas que frearam as hiperinflações na Argentina, México e Brasil, o número de pobres aumentou em 60 milhões.

O desemprego, fruto do neoliberalismo globalizante, aumentou. Os direitos sociais, como o da habilitação, continuam precários.

A violência disseminada leva ao preconceito difuso de que o inimigo agora é o pobre, que a qualquer momento pode revoltar-se e tornar-se violento. Incomodando com sua presença feia e degradante, o pobre tende a se transformar num ente perigoso, temido; a sua identidade está cada vez mais relacionada com o bandido, o marginal. "Os excluídos, na terminologia dos anos 90, não são residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que, não encontrando espaço no mercado, vagueiam pela cidade, sem emprego e sem teto", afirma Elimar Pinheiro Nascimento.

A pobreza, resultado do apartheid social num país onde convivem um primeiro e um quarto mundo, é fruto, no Brasil, da segunda maior concentração de renda do mundo. Mas essa acentuada concentração de renda está disseminada por todo o continente. Documento do Cepal

constata que os 10% mais ricos latino-americanos ganham significativamente mais do que os 10% mais pobres: 70% mais, no Brasil; 50% no México; 42% na Colômbia e 26%, na Argentina. Segundo esse documento, duzentos milhões de pessoas ainda vivem em estado de pobreza na América Latina, apesar de o percentual ter caído de 44% para 39% entre 1990 e 1994. O consultor do BID, Bernardo Klisberg, prevê que, na virada do milênio, 6 de cada 10 latino-americanos viverão na pobreza, e afirma que essa pobreza mata, na América Latina, 1 milhão e 500 mil pessoas, entre as quais 900 mil crianças.

O relatório de 1997 da American Watch denuncia freqüentes e graves violações de direitos humanos na Colômbia, onde grupos militares, paramilitares, guerrilheiros e traficantes digladiam-se, dizimando a população civil. Na Colômbia, a percentagem de pobres subiu para 49% da população; esse índice passou de 15 para 17 milhões, em dois anos. A história daquele país é um rosário de violências de todos os tipos: desde a proclamação da República, houve 40 revoluções; a guerra interna, entre 1948 e 1953, matou 300 mil pessoas; as guerrilhas, surgidas no começo dos anos 60, persistem atuantes até hoje. No México, aconteceram e acontecem perseguições nas

áreas rurais, desaparecimentos e assassinatos. Os zapatistas continuam a mostrar ao mundo o verdadeiro país; entre 1994 e 1996, a cifra dos desaparecidos passou de 1300. Nem o México, nem o Peru, nem o Chile, três países que se manifestaram oficialmente como discípulos triunfantes do ajuste neoliberal, superaram a miséria, a violência e a indignação popular. A Guatemala, que assinou há poucos meses um tratado de paz, depois de anos de guerras fratricidas, poderá esquecer as dezenas de milhares de torturados, desaparecidos, assassinados, os 70% da população indígena eliminados? No Peru e na Venezuela, a tortura é empregada oficial e abertamente contra terroristas e criminosos comuns.

Todos esses problemas não aconteceram num passado longínquo, são fatos do presente, estão acontecendo nos dias atuais.

A pobreza endêmica, a marginalização, o desemprego, o porte ilegal de armas, o tráfico de drogas são problemas preocupantes para todos os países da América Latina. Nas prisões de todo o continente, milhares de presos vivem em condições degradantes, muitos sem julgamento. No Brasil, os massacres de Corumbiara, Carandiru, Candelária, Eldorado, Diadema,

Cidade de Deus e muitos outros, que nos envergonham, ainda permanecem impunes. A leitura do relatório da American Watch que analisa a vigência dos direitos humanos na América Latina evidencia que há muito por fazer. Seqüestros, assassinatos, torturas, execuções sumárias, corrupção, tráfico de drogas, prisões desumanas: essa sucessão de dramas aberrantes, agravados pela impunidade que os dilui, acaba no esquecimento. Todos esses problemas não aconteceram num passado longínquo, são fatos do presente, estão acontecendo nos dias atuais. Basta lembrar o assassinato do Bispo Juan Gerardi, baleado em El Salvador, em 26 de abril deste ano, dois dias depois de ter divulgado um documento denunciando as execuções e prisões arbitrárias dos últimos anos em seu país.

Diante de um quadro tão sombrio na América Latina e no Brasil, o que podemos fazer, nós, cidadãos conscientes, preocupados com a justiça e o bem comum? Evidentemente, não existem fórmulas nem respostas prontas. O primeiro grande passo é a preocupação com essas questões. As soluções virão com o interesse e a participação de todos. Porém, a tomada de consciência da responsabilidade social de cada um não nasce gratuitamente na nossa sociedade egoísta, individualista e consumista. Daí a importância da

educação e, particularmente, da educação em direitos humanos.

Há 26 anos, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo luta contra injustiças, participando no Brasil de todas as lutas populares de apoio e defesa dos presos políticos, pela Anistia, contra a Doutrina de Segurança Nacional, pela Constituinte, contra a pena de morte, sempre na primeira linha de defesa da justiça e em prol dos perseguidos. Também atuou junto a refugiados latino-americanos, fugitivos das ditaduras vizinhas, do Chile, Uruguai e Argentina. Mais de mil passaram por seus escritórios. A partir da fundação dessa Comissão, muitas outras organizações, com preocupações específicas, foram surgindo. Com a volta do Estado democrático, a responsabilidade evoluiu e compreendemos que não bastam eleições livres nem leis justas, se não forem reconhecidas e respeitadas. Não é suficiente que os governos eleitos democraticamente tenham boas intenções, se não existir espírito cívico e participação popular. É preciso que o povo conheça seus direitos e deveres, é preciso educação.

Educar, como diz o educador uruguaio Luiz Perez Aguirre, é modificar as atitudes e as condutas

Em contato com várias organizações

não-governamentais da América Latina, constatamos que o trabalho mais útil a ser feito é o de educação em direitos humanos, baseado no diálogo, em que todos os envolvidos são considerados sujeitos. Em 1995, um grupo de militantes, convencidos da importância de uma educação humanizadora, fundou a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, juntamente com outras organizações não-governamentais de todo o Brasil.

A Rede é uma entidade suprapartidária, supra-religiosa e sem fins lucrativos, que tem como objetivo a educação em direitos humanos, para a construção da justiça, da democracia e da paz. Tem compromissos permanentes com a urgência de uma sociedade mais justa, com o respeito à pluralidade e diversidade de pessoas e de grupos sociais e culturais, com a vigência da cidadania para todos os brasileiros e com a tolerância e a paz. Partindo da dignidade da pessoa humana, procuramos mostrar, nos cursos, os direitos de cada um, que são também direitos do próximo. A partir desse conhecimento, nasce o respeito a esses direitos e deveres. Educar, como diz o educador uruguaio Luiz Perez Aguirre, é modificar as atitudes e as condutas. É atingir os corações, os estilos de vida, as convicções. Para transformar a realidade, é necessário trabalhar o coti-

diano em toda a sua complexidade. Por isso, a educação em direitos humanos, mais do que conteúdos, deve transmitir uma postura da pessoa no mundo. Não deve ser uma disciplina ensinada apenas em sala de aula, mas transversal a todas as matérias e a todo o conhecimento. É um estado de espírito que deve permeiar todas as nossas atitudes no dia-a-dia.

"Educar em direitos humanos é uma tomada de posição, é uma maneira de ser perante o acinte, o mais devastador e humilhante, que é a situação de pobreza desumana em que vivem milhões na América Latina" (Luiz Perez Aguirre). Desenvolver uma prática social solidária e participativa é um imperativo ético para aqueles que acreditam no ser humano, que aspiram por um mundo de paz, justiça e fraternidade. A classe média tem uma grande responsabilidade na educação daqueles que não têm voz, que não sabem que têm direitos, dos excluídos, da nossa sociedade injusta. Preocupados com a crise sombria em que vivemos, sentimos todos o dever de buscar algo maior que dê sentido de luta para a vida e sentido à nossa esperança.

Há muita coisa positiva sendo feita. É um desafio reconhecermos as sementes de esperança plantadas e já dando frutos. São sementes fun-

damentais da pessoa humana, o clamor contra as várias formas de injustiça, a sensibilidade para com a situação de miséria. Cada um tem um papel e uma responsabilidade, mas é preciso que todos sejamos semeadores de esperança.

Temos o dever de lutar pela fraternidade, esquecida do mundo de hoje, pela solidariedade entre os povos, pela tolerância entre as pessoas, pelo desarmamento das mentes e dos corações, pela aceitação do outro, diferente mas igual, sempre nosso irmão. Não importa que essas belas idéias sejam um trabalho a longo prazo. Sem utopias, a vida não vale a pena ser vivida.

Referências bibliográficas

- WEIS, Carlos. *Os direitos humanos contemporâneos*. Dissertação de mestrado. SP, 1998.
- HERKENHOFF, João Batista. *Curso de direitos humanos*. SP: Editora Acadêmica, 1994.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 3ª edição. Porto Alegre, Globo, 1976.
- HERKENHOFF, João Batista. *Direitos humanos; uma idéia, muitas vozes*.
- Dhnet - *Enciclopédia dos Direitos Humanos*.
-

Maria Regina Fernandes de Lima Cavalcanti é aluna do Curso de Turismo e Gestão em Hotelaria da FACE-FUMEC.
